



Evento: XXVIII Seminário de Iniciação Científica

A AUTORIDADE E O EXERCÍCIO DOCENTE COMO PRESSUPOSTOS FUNDAMENTAIS À EDUCAÇÃO¹

THE AUTHORITY AND THE TEACHING EXERCISE AS ASSUMPTIONS ESSENTIAL
FOR THE EDUCATION

Jordana Perkoski Dumke², Marina Mattioni³, Rosane da Rosa Porto⁴

¹ O presente trabalho é resultado de leituras e discussões desenvolvidas junto ao Grupo de Estudos “Ágora: interfaces entre Filosofia, Educação e Psicanálise”, vinculado à Linha 2 do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação nas Ciências da Unijuí e coordenado pela Professora Dra. Vânia Lisa Fischer Cossetin.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação nas Ciências (Unijuí). Bolsista PROSUC/Capes. Graduada em Pedagogia (Unijuí). E-mail: jordana.dumke@sou.unijui.edu.br.

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Bolsista PROSUC/Capes. Especialista em Alfabetização (Unijuí). Graduada em Pedagogia (SETREM). E-mail: marina.m@sou.unijui.edu.br.

⁴ Mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação nas Ciências (Unijuí). Bolsista PROSUC/Capes. Especialista em Alfabetização (Unijuí). Graduada em Pedagogia (Unijuí). E-mail: rosane.porto@sou.unijui.edu.br.

RESUMO

O presente trabalho tematiza a autoridade como intrínseca à natureza, estando presente em todas as sociedades - sejam elas de animais ou humanos. O estudo se caracteriza como um bibliográfico, de caráter qualitativo e interpretativo. Partimos do pressuposto da necessidade de educabilidade do humano, refletindo acerca das relações pedagógicas estabelecidas sem que a autoridade docente seja confundida com autoritarismo. As ideias pautam-se na autoridade do professor enquanto detentor de conhecimentos específicos e responsável por possibilitar o acesso dos educandos de modo que possam se responsabilizar pela tarefa coletiva de continuar a humanidade, conservando e renovando o mundo humano comum.

Palavras-chave: Autoridade. Educabilidade. Escola. Humano. Professor.

INTRODUÇÃO

A autoridade é vista como uma necessidade natural, seja ela no mundo animal ou humano, é necessária para a conservação da sociedade em questão. A diferença é que no mundo animal a instituição da autoridade se dá de modo instintivo enquanto que nas sociedades humanas a autoridade é indispensável diante da demanda por educabilidade.

Assim, a partir da ideia de autoridade, com foco no conceito desenvolvido por Arendt (2009), o presente trabalho tem como objetivo discorrer sobre a escola como lugar específico



para educar pessoas, o que supõe a tarefa de apresentar o mundo às novas gerações num processo dialógico intersubjetivo e, para tanto, a autoridade docente se institui na perspectiva de uma racionalidade argumentativa com objetivo de ajudar os novos a crescerem. É papel da docência ampará-los de modo que possam desenvolver autonomia e, pelo conhecimento do mundo como espaço comum, de destinos interligados, venham assumir a responsabilidade sobre ele.

METODOLOGIA

O presente trabalho é de cunho bibliográfico e foi elaborado a partir de leituras, reflexões, discussões, análise crítica e sistematização de textos clássicos e de comentadores relativos ao tema da autoridade e seus vínculos com o fazer docente. Tais estudos foram realizados junto ao grupo de estudos “Ágora: interfaces entre Filosofia, Educação e Psicanálise”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na natureza a autoridade está sempre inscrita, todas as sociedades convivem de acordo com uma ordem social. No reino animal um ser emerge de forma natural como guia dos demais, já na sociedade dos homens o soberano é reconhecido como tal, assim, a autoridade existe e é aprovada por todos e reconhecida de forma duradoura (GADAMER, 2009).

A convivência entre os animais é guiada pelos instintos naturais, eles são movidos por suas necessidades do tempo presente e estas fazem com que sua trajetória seja fixa e predeterminada. Assim, sua vida é guiada pela autoconservação da espécie. Já o homem não possui tal inclinação inscrita em sua estrutura de vida, cada sujeito é um ser único e singular, mas vivendo em sociedade, precisa, além de pensar em si, participar da coletividade.

Ao falarmos em sociedade humana não há como deixarmos de nos referir ao trabalho do professor, pois o humano demanda a educabilidade, a qual é exercida no encontro entre gerações. Isso também ocorre de forma institucionalizada na escola enquanto espaço intencional da educação, espaço que comporta em sua especificidade, tratar do conhecimento acerca do legado cultural humano que precisa ser acolhido, reconhecido e conservado a fim de



garantirmos a integridade do mundo humano e de nossas próprias condições de sobrevivência nele.

Neste sentido, a educabilidade do homem é decisiva para continuar havendo mundo possível, uma vez que, diferentemente das demais espécies, não nascemos tendo inscrito em nosso código genético um destino predeterminado. Somos possibilidades abertas para um destino a ser elaborado a partir de nossa capacidade de deliberar e isto sempre envolve o coletivo porque vivemos numa sociedade de destinos interligados.

Ao olharmos para o trabalho pedagógico do professor percebemos que os conceitos de “educar” e “ensinar” se entrelaçam. O ofício do professor está para além da obtenção de resultados de aprendizagem, com ênfase em habilidades e competências. O contato entre educador e educando demanda a criação de laços que propiciam o conhecimento dos sujeitos e suas singularidades. E neste contato, instaura-se um processo de diálogo sobre o mundo em que o conhecimento escolar é fundamental porque é instrumento pelo qual os humanos se entendem e dão sentido ao vivido.

Nesta perspectiva, de um processo educativo que se dá na palavra partilhada intersubjetivamente, o trabalho docente tem por princípio, o desenvolvimento da autonomia dos educandos, de sua emancipação, de sua ascensão por meio do acesso ao conhecimento que poderão apreender e elaborar em perspectiva própria, mas dentro de um contexto sempre múltiplo porque acontece nas vivências coletivas. Neste fazer docente visando à educação de sujeitos mais aptos à vivência da cidadania, destacamos a autoridade docente e a necessidade de reconhecê-la reconhecendo o professor como sujeito detentor de um conhecimento específico, especializado com o qual ampara os educandos na sua autoafirmação como cocriadores de mundo. Ao tratar sobre a relação pedagógica, Fensterseifer (2020), assim a define:

É sempre importante não esquecermos que o que funda uma relação pedagógica não é uma determinação divina, nem natural, nem do poder da força, mas uma racionalidade fundada no poder argumentativo que certos conhecimentos propiciam, e que, por não estarem disponíveis igualmente entre alunos e professores, justificam essa relação. (FENSTERSEIFER, 2020, p. 26)

Ao retomarmos a história da educação, segundo Manacorda (2002), constatamos que, no passado - podemos falar das escolas europeias cristãs, católicas ou reformadas e mesmo no



Brasil, nas escolas públicas do período imperial e início da República - há registros de que o professor era temido por representar uma escola constrangedora e mesmo violenta pelo uso de castigos físicos como forma de disciplina. Era respeitado em virtude do medo, ou seja, sua autoridade docente era confundida com autoritarismo.

Felizmente, em nosso tempo a escola tem outro entendimento em relação à autoridade. Mas ainda vale ressaltar que quando há autoritarismo este se sobrepõe ao reconhecimento do papel do professor e demanda apenas a obediência por parte dos educandos, o que inviabiliza a autoridade na perspectiva trazida por Savater (2000) e com a qual concordamos: “A palavra ‘autoridade’ provém etimologicamente do verbo latino *augeo*, que significa, entre outras coisas, fazer crescer” (p. 126).

Para Savater (2000), a autoridade dos adultos é uma proposição às crianças, uma colaboração necessária que não exclui, por vezes, a imposição, isto porque as crianças não são iguais aos professores nos conteúdos educacionais e, neste sentido, a escola não é o lugar de decidir entre iguais e sim o lugar de educar as crianças para que cheguem a ser iguais aos seus professores em conhecimento e autonomia. Esta é tarefa do exercício da autoridade docente.

Segundo Arendt (2009), uma das mais importantes tarefas docentes é inserir os educandos em um mundo que já existia antes, por isso, o professor é essencial para que estes construam e aprimorem o conhecimento do mundo. Pela educação se apresenta o mundo aos novos.

Refletindo acerca do exercício docente a partir de tais perspectivas, podemos compreender que o professor que orienta sua prática em prol do desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária necessita reconhecer a cultura dos educandos, pois eles chegam à escola com características próprias de sua personalidade e não é papel do professor tentar mudá-las e sim trabalhar de modo a abranger as particularidades de todos. Contudo, consiste o processo educativo na ampliação cultural a fim de que o educando ultrapasse, pelo conhecimento, os limites do seu contexto local, mas sem deixar de validá-lo como referência identitária.

O trabalho docente consiste em ensinar e educar humanos para a humanidade e isto é feito por meio do diálogo intersubjetivo que dá sentido ao mundo vivido tendo como instrumento, para tal, o conhecimento especializado cujo espaço privilegiado é a escola. E, neste processo, a autoridade docente é imprescindível no sentido de inserir os novos na dinâmica de



um mundo preexistente a eles, amparando-os, fazendo-os crescer de modo que possam se responsabilizar pela tarefa coletiva de continuar a humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste trabalho reflexivo, propomos continuar pensando sobre a autoridade docente na perspectiva da racionalidade argumentativa de modo que, em sua tarefa fundamental de amparar os novos no conhecimento do mundo que lhes é preexistente, possa fazê-lo a partir de um processo dialógico intersubjetivo no qual as culturas particulares dos educandos não sejam apagadas enquanto marcas identitárias, mas possam ser ampliadas abarcando uma leitura de mundo mais vasta que ultrapasse os limites dos contextos locais.

O professor é um sujeito que viveu antes o conhecimento que se dispõe a ensinar e isto lhe autoriza a conduzir os recém-chegados na aventura de significar o mundo vivido tendo por instrumento este conhecimento de modo que, em algum tempo, a nova geração ganhe autonomia suficiente para assumir, ela mesma, a responsabilidade pelo mundo sendo capaz de deliberar sobre os rumos da sua continuidade. Vale lembrar que tal deliberação requer uma liberdade individual nunca desvinculada da habilidade de compor, com os outros, uma realidade consensual comum. Por isso, a escola acolhe como parte do seu fazer, o sentido da conservação e da renovação do mundo pela palavra: uma tarefa que depende da ação docente investida de sua autoridade necessária à educação de humanos em humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. **A tarefa educacional na especificidade da escola**. Ijuí: Editora Unijuí, 2020.

GADAMER, Hans-Georg. **Herança e futuro da Europa**. Lisboa: Edições 70, 2009.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. Tradução de Gaetano Lo Monaco. Revisão da tradução Rosa dos Anjos Oliveira e Paolo Nosella. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SAVATER, Fernando. **O valor de educar**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.